

A nominalização como recurso argumentativo (uma estratégia de editoriais)

Prof^o Dr^o Hilda de O. Olímpio
UFES

Partindo de uma revisão das diferentes concepções de “construção nominal” segundo a gramática tradicional e a lingüística transformacional, este artigo, numa perspectiva textual-discursiva, apresenta como hipótese que o conteúdo dessas construções é parte da memória textual do leitor, impondo à organização do discurso uma divisão do institucional que precisa ser aceita como “conhecimento público”; que possa ser discutida, nunca negada. Nesse sentido, a nominalização é um recurso argumentativo.

Na gramática tradicional e no estruturalismo clássico, a derivação de nomes (substantivos) a partir de verbos e adjetivos cognatos recebeu, dentro do léxico, um tratamento mecânico que pouco contribuiu para a compreensão das relações sintático-semânticas aí envolvidas. Assim, explicava-se a existência de pares como:

declarar — declaração
planejar — planejamento
claro — clareza
veloz — velocidade

pela junção de um sufixo derivador a uma base derivante, sem atentar para a função desse mecanismo dentro da gramática.

Na teoria padrão da gramática transformacional¹, os nomes derivados foram tratados por transformação sintática, a partir de uma S de base, ou seja, a partir de uma EP oracional. Com tal solução, ficava explicado o paralelismo semântico-funcional entre:

X organizou Y — a organização de Y por X...
X planejou Y — o planejamento de Y por X...
X é largo — a largura de X...
X é veloz — a velocidade de X...

Na teoria padrão ampliada², Chomsky reviu sua proposta e postulou a chamada hipótese lexicalista, segundo a qual o próprio léxico podia dar conta dessa relação. Propôs, então, para verbos (ou adjetivos) e substantivos cognatos, uma entrada lexical única, especificando apenas o contexto em que a raiz comum, sem determinação categorial, podia ser inserida. As formas verbais e nominais, agora geradas separadamente, eram relacionadas por regras de redundância (traços contextuais redundantes especificados nos verbetes lexicais). Esta postulação, além de dar conta das mesmas generalidades abarcadas pelo tratamento transformacionalista, passa para a morfologia derivacional a responsabilidade de explicar algumas lacunas do léxico, bem como os casos de quebra de paralelismo sintático-semântico entre as construções.

Dentro do quadro teórico da lingüística textual³, o fenômeno da nominalização é tratado como uma anáfora lexical, um dos recursos responsáveis pela coesão seqüencial do texto, na retomada de predicados anteriormente presentes.

Deste modo, antes ocorre a construção oracional; depois, a construção nominal, numa relação de correferência. Como provam as seqüências:

X declarou... — Tal declaração...
X reagiu... — Tal reação...
X discutiu... — A discussão...
X foi claro... — Sua clareza...
X foi audaz... — Sua audácia...

Essa retomada pode ser feita sem uma relação lexical explícita, como observamos no seguinte exemplo:

Na ocasião, o presidente sugeriu que o partido apoiasse as medidas do ministro. Tal sugestão (orientação, artimanha, estratégia, manobra) tinha o objetivo de deixar clara sua posição diante do episódio.

Numa perspectiva textual-discursiva, que assumimos aqui, nominalizar, numa retomada anafórica, um predicado é pressupô-lo como conhecido do interlocutor. É o que explica a diferença de estruturação entre os exemplos A e B:

A. O coordenador da campanha distribuiu cestas básicas, e isso foi altamente criticado pelos adversários.

B. A distribuição de cestas básicas pelo coordenador foi altamente criticada pelos adversários.

Em A, temos duas unidades de comunicação, postas em seqüência. Primeiramente, o ato de distribuir *cestas básicas* é informado ao locutor; a seguir é acrescentada uma nova informação sobre esse primeiro ato. Em B, temos apenas uma unidade de comunicação. Nesse caso, *a distribuição de cestas básicas pelo coordenador* é uma ação pressuposta, que já faz parte da memória textual do leitor; a informação nova é de que tal ação *foi altamente criticada pelos adversários*.

Esta mesma análise pode ser aplicada a C, logo abaixo:

C. A distribuição de cestas básicas pelo coordenador é uma artimanha populista.

O conteúdo presente na construção nominal destacada é tomado como conhecido; a informação nova é de que tal ação *é uma artimanha populista*.

Para situar nossas colocações, vamos lembrar que: o objetivo da narração é recuperar os acontecimentos em sua realidade dinâmica (no tempo); o objetivo da descrição é captar uma realidade estática (no espaço); e o objetivo da dissertação é refletir sobre a realidade, procurando expressar pontos de vista (em geral, sem limitações de tempo e espaço).

Segundo Travaglia⁴ :

- as narrações são marcadas por verbos de *situação dinâmica* (ações, eventos, marcadores temporais e auxiliares aspectuais);
- as descrições são marcadas por verbos de situação estática (de estado e de localização) ou de situação dinâmica;
- e as dissertações combinam essas duas categorias com verbos que o autor denomina de gramaticais (de relevância e auxiliares modais, entre outros), os quais poderiam ser rotulados de verbos enunciativos.

Tal combinação se explica, uma vez que dissertar é fazer julgamentos de valor sobre os fatos, as ocorrências, estados e atribuições, e até sobre comportamentos e juízos de outros.

Nem sempre é fácil no texto separar narração e dissertação. Muito menos, dissertação expositiva (exposição) e dissertação argumentativa (que nós vamos denominar indiferentemente de argumentação e comentário). Entretanto, não é difícil comprovar que o editorial é um comentário com alto grau de argumentatividade. Nesse tipo de texto, os fatos, os eventos não são expostos, informados (à maneira de uma narrativa), a não ser que, em determinados trechos, seja necessário “avivar” a memória do leitor. A estratégia do comentário é fazer os fatos e os eventos passarem à posição de argumento (como orações subordinadas ou formas nominalizadas), deixando livre a posição de predicado da frase para ser preenchida por um predicado enunciativo, do tipo: provar, confirmar, significar, implicar, convir, surpreender, importar, interessar, ser fácil, ser difícil, ser possível, ser impossível, ser lamentável, ser válido, ser justo, etc.

Assim, num enunciado caracterizado como comentário, tem-se uma combinação de conteúdos de status informacional diferente: *um*

conteúdo comentado (de conhecimento público) e *o comentário feito*, de teor avaliativo (informação nova), numa dialogia entre um já-dito e um *dizer*, ou melhor, numa relação entre o interdiscurso e o intradiscurso, dentro de um processo discursivo virtualmente infinito⁵.

Tal conclusão pode ser depreendida, sem dificuldade, dos exemplos abaixo:

Esta decisão do governo confirma as suspeitas do sindicato.

Informação de conhecimento público: o governo decidiu algo.

Informação nova: confirma as suspeitas do sindicato.

Esse desvio de verbas é prejudicial à construção da imagem do país.

Informação de conhecimento público: alguém desviou verbas.

Informação nova: é prejudicial à construção da imagem do país.

Detalhando mais a análise, pode-se concluir que mesmo a informação nova é uma unidade informacional complexa, já que as construções nominais aí contidas (as suspeitas do sindicato, no primeiro caso; e a construção da imagem do país, no segundo) constituem informações velhas, e só os predicados (confirma, no primeiro caso; e é prejudicial a, no segundo) são efetivamente informações novas.

Dizendo de outro modo, as ações e os eventos, no texto narrativo e na dissertação expositiva, constituem o centro do predicado; no comentário, eles são recuados para a posição de argumento, própria dos nomes (portanto, são nominalizados). Essa estratégia faz do ato ou evento o objeto de um olhar, a partir de uma perspectiva pessoal do enunciador, que quer engajar o leitor no seu ponto de vista. Trata-se, portanto, de uma hierarquização de conteúdos, numa relação de encaixamento semelhante à que ocorre entre o predicado da oração subordinada e o da oração principal. Nessa relação hierárquica, os nomes derivados constituem, na estrutura sintagmática frasal, o mais alto grau de nominalização (ou de hierarquização).⁶

O editorial jornalístico é um tipo de texto que se presta muito bem ao uso dessa estratégia. Talvez porque os fatos comentados são, em geral, fatos muito recentes, que o articulista pressupõe

conhecidos do leitor. Aliás, parece ser aceitável a hipótese de que é a memória textual do leitor que encaminha o editorialista na escolha de sua estratégia. Se este entende que o leitor não tem na memória os fatos que vão ser comentados, pode situá-los, para depois comentar, argumentar. Se, ao contrário, supõe que os fatos a serem discutidos estão na memória do leitor, estes são tomados como pressupostos e comentados diretamente. Por isso, o uso de construções nominais definidas (veiculando informações pressupostas) é a estratégia mais freqüente na construção dos editoriais.

Tal recurso é facilmente comprovado nos editoriais de vários jornais do país, embora tenhamos tomado como referência quase exclusiva editoriais de *A Gazeta* (Vitória), de onde extraímos os exemplos seguintes⁷:

A fuga em massa da Casa de Detenção ocorrida ontem, a partir da zero hora, / serve de mais uma irrefutável prova de que o sistema carcerário no Espírito Santo entrou em processo irreversível de deterioração (24-05-95).

A aprovação em primeiro turno da reforma da Previdência Social ontem pela Câmara dos Deputados / não representou apenas uma vitória política do Governo Fernando Henrique Cardoso,... (22-03-96)
Valeu a pena / a arremetida de forças para impedir que o Espírito Santo fosse discriminado na partilha dos investimentos do Plano de Metas do presidente Fernando Henrique Cardoso... (28-08-96)

É válida / a preocupação dos moradores da Barra do Jucu e de outras localidades de Vila Velha com a privatização da Rodovia do Sol.... (25-09-96).

Não só é legal como oportuna e legítima / a decisão do Governo do Estado de exigir das empresas de economia mista, como Banestes, Cesan e Bandes, ao final de cada exercício, o recolhimento ao Tesouro Estadual dos dividendos devidos ao acionista majoritário. (05-10-96)

A decisão de trabalhar em conjunto e implementar políticas comuns de forma coordenada, tomada pelos futuros prefeitos de Santa Teresa, Aracruz, Fundão, João Neiva e Ibirapu, que integram a Região Centro Norte do Estado, / serve de exemplo para outros municípios. (21-10-96)

É estranha / a decisão do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) de cobrar de empresários candidatos a financiamento 50% adiantados do custo de análise dos projetos de investimentos. (28-10-96)

Vale salientar que os conteúdos pressupostos não se referem obrigatoriamente a fatos ou eventos “efetivamente realizados”; antes, a fatos ou eventos textualizados, informados, enunciados (no sentido de inscritos na história), embora não obrigatoriamente realizados. Nos exemplos seguintes, os nomes destacados se referem a processos a serem realizados num tempo posterior ao da enunciação do editorial. Vejamos:

Claro que a reunião de 14 governadores, inclusive o do Distrito Federal, marcada para terça-feira próxima, na residência oficial da Praia da Costa, será importante para o Espírito Santo. (04-10-96)

O encontro provará, por exemplo, que o Espírito Santo não só tem condições de influir em decisões que dependem apenas do Governo Federal, mas, igualmente de colaborar com os esforços desenvolvidos hoje por vários Estados para adaptarem a máquina pública à nova realidade do país e da sociedade. (04-10-96)

Atente-se para o fato de que o predicado nominalizado, tomado como de conhecimento geral, não precisa ser justificado. Não é sobre ele que se dá o encadeamento seqüencial do texto, a sua continuidade argumentativa. Aliás, ele não está em discussão. Ele é, na verdade, o ponto de partida sobre o qual recai o comentário.

Segundo Ducrot⁸, pressupor um conteúdo é apresentá-lo como devendo ser mantido em todo o discurso subsequente, que deve ser encadeado sobre o *posto* e não sobre o *pressuposto*. Se o posto é a informação nova; se o subentendido é o que deixo ao meu interlocutor concluir; o pressuposto é um conteúdo partilhado, tomado como já sabido, que cria uma espécie de cumplicidade entre os interlocutores. É nesse sentido que a nominalização é uma *estratégia argumentativa, um jogo sobre a imagem do referente*, tomada como uma informação partilhada.

Quando o Supremo Tribunal Federal decidiu favoravelmente a alguns funcionários da Previdência com respeito aos 28,86% já

concedidos aos militares, os jornais noticiaram com destaque a fala de um certo ministro sem “papas na língua”:

A decisão do STF é um desserviço ao país.

Ora, diante desse posicionamento do ministro, os leitores do jornal só têm o direito de aceitar ou não aceitar o seu ponto de vista de que a decisão do STF “é um desserviço ao país”; mas são obrigados a aceitar que o STF tomou uma decisão. Isso é pressuposto. Quem não sabia só tem o recurso de correr atrás da informação.

Desse modo, pressupor é *pôr de início* um quadro insitucional que não deve ser discutido pelo interlocutor; mas é, ao mesmo tempo, impor ao interlocutor “um certo modo de continuar o discurso”. E recusar o pressuposto implica recusar o discurso, afrontar pessoalmente. Daí podermos falar em retórica da nominalização ou no uso da nominalização como tática argumentativa.

Note-se que, dentro desse mesmo referencial teórico, pode ser encarado o presente do indicativo de “é um desserviço ao país”, que é o conteúdo *posto*. Na dissertação, o presente do indicativo (associado aos aspectos imperfectivo, indeterminado e habitual) tem valor onitemporal, vale para todos os tempos⁹.

Assim, o uso do presente, associado ao uso da terceira pessoa e ao conteúdo lexical do próprio predicado (opinião, modalidade) dá ao discurso um efeito de generalização, de objetividade, de verdade independente de enunciações circunstanciais ligadas ao *sujeito*. Enfim, a interpretação do tempo e da pessoa do predicado enunciativo da S matriz reforça a análise dada aos nomes derivados: são estratégias discursivas diferentes mas que funcionam na busca de um mesmo efeito discursivo: dar maior credibilidade ao discurso. São, portanto, estratégias argumentativas.

Notas

¹ CHOMSKY, Noam. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge : The MIT Press, 1965. p. 184-186.

² id., Remarks on nominalization. In: JACOBS, Roderick A. e ROSENBAUM, Peter S. (Orgs.). *Readings in English Transformational Grammar*. Waltham : [s.n.], 1970. p. 11-61.

³ AMARY, Marisa Porto. As categorias de coesão textual e a complexidade do texto. *Letras de hoje*, Porto Alegre, n. 18, v. 2, jun. 1985. p. 34-35.

⁴ TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Um estudo textual-discursivo do verbo no português do Brasil*. 1991. Tese (Doutorado em Linguística) - UNICAMP, IEL/Dep. de Linguística. p. 62-75. id. Contribuições do verbo à coesão e à coerência textuais. *Cadernos de estudos lingüísticos*, Campinas, n. 27, jul./dez. 1994. p. 73-74.

⁵ BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas : Editora da UNICAMP, 1991. p. 76-80.

⁶ PINTO, Milton José. *As marcas lingüísticas da enunciação : esboço de uma gramática enunciativa do português*. Rio de Janeiro : Numen, 1994. p. 137-138.

⁷ Para facilitar a interpretação dos dados, decidimos destacar, em cada exemplo, apenas o núcleo do sujeito e o núcleo do predicado, separando construção nominal e construção verbal por uma barra (/).

⁸ DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas : Pontes, 1987. p. 40-41.

⁹ TRAVAGLIA, op. cit. (1991), p. 273.

Referências Bibliográficas

- AMARY, Marisa Porto. As categorias de coesão textual e a complexidade do texto. *Letras de hoje*, Porto Alegre, n. 18, v. 2, p. 29-40, jun. 1985.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas : Editora da UNICAMP, 1991.
- CHOMSKY, Noam. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge : The MIT Press, 1965.
- . Remarks on nominalization. In: JACOBS, Roderick A. e ROSENBAUM, Peter S. (Orgs.). *Readings in English Transformational Grammar*. Waltham : [s.n.], 1970.
- . *Studies on semantics in generative grammar*. Mouton : The Hague, 1972.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas : Pontes, 1987.
- KOCH, Ingedore G. Vilaça. *Argumentação e linguagem*. São Paulo : Cortez, 1984.
- PINTO, Milton José. *As marcas lingüísticas da enunciação : esboço de uma gramática enunciativa do português*. Rio de Janeiro : Numen, 1994.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Um estudo textual-discursivo do verbo no português do Brasil*. 1991. Tese (Doutorado em Lingüística) - UNICAMP, IEL/Dep. de Lingüística.
- . Contribuições do verbo à coesão e à coerência textuais. *Cadernos de estudos lingüísticos*, Campinas, n. 27, p. 71-84, jul./dez. 1994.